

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I: Promovendo a Diversidade e o Pertencimento em uma Escola Municipal de Tempo Integral

Ebenezer Santos da Silva ¹
Rosenverck Estrela dos Santos ²

INTRODUÇÃO

A educação integral visa o desenvolvimento completo dos alunos, considerando suas dimensões cognitivas, emocionais, sociais e culturais. No Ensino Fundamental I, é essencial incorporar práticas pedagógicas antirracistas, promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso, onde todos os estudantes, independentemente de sua origem racial, possam se desenvolver plenamente. A combinação dessas duas abordagens fortalece a formação de crianças críticas e conscientes. Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de apresentar as práticas pedagógicas antirracistas realizadas na educação integral no Ensino Fundamental I em uma escola Municipal da cidade de Bacabal, durante a pesquisa para o mestrado profissional, visando a formação de um ambiente escolar mais inclusivo e igualitário. Tendo em vista que o racismo ainda é um desafio no contexto educacional, refletindo-se em desigualdades no acesso e nas oportunidades de aprendizagem. A aplicação de práticas pedagógicas antirracistas é essencial para combater essas desigualdades, assegurando que os estudantes negros, tenham uma educação que valorize sua identidade e cultura. Para tanto foi necessário implementar atividades que abordassem a história e as culturas afro-brasileira no currículo escolar ;Pesquisar dinâmicas que incentivem o respeito à diversidade racial. Realizou-se assim, uma pesquisa de campo do tipo pesquisa ação, com uma abordagem qualitativa, alinhada a uma pesquisa bibliográfica a partir de referenciais de Gomes(2024),Munanga (2023) e Brasil(2023).Diante disso, verificou-se que é importante uma maior conscientização dos alunos sobre as questões raciais, para que haja uma redução de comportamentos discriminatórios, assim como o fortalecimento da autoestima de estudantes negros, promovendo assim o pertencimento.

¹ 1Mestranda do Curso de Pós –Graduação Profissional em Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão - MA, ebenezer1946@hotmail.com;

² Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA, re.santos@ufma.br;;



METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e pesquisa-ação, fundamentada em autores que discutem a temática étnico-racial na educação, como Gomes (2005), Munanga (2005), Cavalleiro (2001) e Almeida (2019).

O campo empírico é uma escola municipal de tempo integral localizada em área urbana, que atende estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A escolha da instituição se deu pelo fato de que seu Projeto Político-Pedagógico já prevê ações voltadas à diversidade e ao cumprimento da Lei 10.639/2003, possibilitando observar práticas em desenvolvimento.

Participaram do estudo professores, estudantes, gestores e a equipe pedagógica. A seleção foi intencional, considerando os sujeitos diretamente envolvidos no processo educativo e na implementação de práticas antirracistas.

Foram utilizados:

Observações em sala de aula para identificar práticas pedagógicas relacionadas à diversidade; Questionários e entrevistas semiestruturadas com professores e gestores, a fim de compreender percepções sobre o antirracismo; Análise documental do Projeto Político-Pedagógico e de registros escolares referentes a atividades ligadas à temática étnico-racial.

Os dados foram sistematizados em categorias temáticas: práticas pedagógicas, percepções docentes, impacto sobre os estudantes e desafios da implementação. A análise seguiu o método de interpretação crítica, com apoio de tabelas e gráficos para síntese das informações.

A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: conceitos e fundamentos

A escola de tempo integral constitui uma proposta educativa que visa à ampliação do tempo e do espaço destinados ao processo de ensino-aprendizagem, buscando garantir o desenvolvimento integral do estudante em suas múltiplas dimensões que podem ser intelectual, física, emocional, social e cultural. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), em seu artigo 34, “a



jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola” (BRASIL, 1996). Essa ampliação é a base legal para a implementação do tempo integral como estratégia de melhoria da qualidade da educação.

Para Cavaliere (2007), a escola de tempo integral não se resume ao aumento da carga horária, mas à reestruturação do currículo e das práticas pedagógicas, de modo a contemplar experiências educativas diversificadas e integradoras. A autora afirma que “a ampliação do tempo escolar deve estar associada à ampliação das oportunidades educativas, de modo a favorecer o desenvolvimento pleno do educando” (Cavaliere, 2007, p. 102). Assim, trata-se de uma concepção de educação que busca superar o modelo tradicional fragmentado, promovendo a formação integral do ser humano.

Nessa perspectiva, o tempo integral deve ser entendido como um tempo de formação humana, e não apenas como tempo de assistência ou ocupação. Coelho (2009) enfatiza que a escola de tempo integral precisa integrar saberes, experiências e contextos culturais, articulando o conhecimento escolar com a vida cotidiana e comunitária. Segundo a autora, “a educação integral pressupõe um currículo que contemple as diferentes dimensões do ser humano e suas interações com o mundo” (Coelho, 2009, p. 45).

A escola municipal de tempo integral, portanto, deve ser compreendida como um espaço de múltiplas aprendizagens, que articula o conhecimento científico aos saberes culturais e sociais dos estudantes. Ao proporcionar condições para a vivência de práticas educativas diversificadas como projetos de arte, cultura, meio ambiente, esporte e educação para as relações étnico-raciais, essa modalidade escolar se torna fundamental na promoção da equidade, da diversidade e do pertencimento.

O enfrentamento ao racismo no espaço escolar é uma exigência ética, pedagógica e legal que se tornou ainda mais explícita com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar. Essa legislação representa um marco nas políticas educacionais brasileiras, pois visa reparar invisibilizações históricas e garantir a valorização das identidades negras no ambiente educacional (BRASIL, 2003).

Segundo Munanga (2005), o racismo está presente de forma estrutural na sociedade brasileira e se reproduz nas instituições escolares por meio de práticas pedagógicas excludentes, currículos eurocentrados e representações estereotipadas. Assim, a escola precisa assumir uma postura ativa na desconstrução dessas formas de



discriminação, promovendo práticas antirracistas que valorizem a diversidade étnico-racial e cultural.

A escola, como espaço social e de formação cidadã, desempenha papel central na construção de identidades e no fortalecimento do sentimento de pertencimento. De acordo com Cavalleiro (2001), o ambiente escolar deve ser um local de acolhimento e valorização das diferenças, favorecendo o desenvolvimento da autoestima e da identidade positiva de crianças negras e não negras.

O professor é um agente fundamental no combate às práticas discriminatórias. Freire (1996) enfatiza que a educação deve ser um ato libertador e transformador, pautado na ética, no respeito e na valorização das múltiplas culturas que compõem a sociedade. Assim, o educador comprometido com uma pedagogia antirracista atua não apenas transmitindo conteúdos, mas também promovendo o diálogo, a reflexão crítica e a reconstrução das relações raciais no cotidiano escolar.

As práticas pedagógicas antirracistas no Ensino Fundamental I devem se fundamentar na educação das relações étnico-raciais, conforme orienta o Parecer CNE/CP nº 3/2004 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Essas orientações destacam a importância de ações intencionais que promovam o respeito à diferença, o reconhecimento das matrizes africanas e afro-brasileiras, e a reeducação das relações entre negros e não negros. De acordo com Silva (2018), uma prática pedagógica antirracista envolve o uso de materiais didáticos plurais, a inclusão de narrativas africanas e afro-brasileiras nas atividades cotidianas e a valorização de referências positivas de pessoas negras nas mais diversas áreas do conhecimento. Além disso, o currículo deve ser ressignificado, incorporando elementos culturais, históricos e artísticos que reflitam a diversidade da sociedade brasileira.

A escola de tempo integral, por sua característica de ampliação do tempo educativo, representa um espaço privilegiado para a implementação de projetos interdisciplinares que promovam a igualdade racial. Gomes (2017) afirma que a ampliação do tempo escolar possibilita a criação de experiências formativas significativas, nas quais os estudantes podem desenvolver a consciência crítica e o respeito à diversidade.

O sentimento de pertencimento é essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Gomes (2003) destaca que a valorização da identidade negra é uma estratégia pedagógica que fortalece a autoestima e a autopercepção dos estudantes como sujeitos históricos e culturais. A ausência de representações positivas de pessoas negras nos



livros, murais e atividades escolares contribui para a reprodução do racismo simbólico e para o sentimento de não pertencimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas pedagógicas antirracistas revelaram um comprometimento significativo com a valorização da diversidade e o fortalecimento da identidade étnico-racial dos estudantes. Entre as ações identificadas, destacou-se o uso da literatura infantil afro-brasileira e africana, que possibilitou o contato das crianças com novas narrativas e referências positivas de personagens negros, contribuindo para a construção de uma autoimagem mais afirmativa e inclusiva.

Foram também desenvolvidos projetos interdisciplinares voltados à cultura afro-brasileira, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como música, culinária, artes visuais e dança. Essas atividades favoreceram a integração dos saberes e o reconhecimento das expressões culturais de matriz africana como parte fundamental da identidade nacional.

Observou-se a valorização da identidade negra por meio de ações voltadas à autoestima e ao reconhecimento da ancestralidade, reforçando o sentimento de pertencimento e orgulho das origens afro-brasileiras. Essas práticas evidenciam um esforço coletivo da instituição escolar para promover uma educação antirracista, comprometida com a equidade, o respeito e a valorização das diferenças.

Essas práticas evidenciam um esforço da escola em tornar o currículo mais inclusivo. Segundo Gomes (2005), trabalhar a identidade negra no ambiente escolar amplia horizontes e fortalece a construção da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica.

Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do resumo.

Palavras-chave: Educação integral; Práticas antirracistas; Ensino Fundamental.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Programa Mais Educação**. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

CAVALIERE, Ana Maria. *Escola de tempo integral: desafios e perspectivas*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1037–1057, 2007.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. *Educação integral: história, políticas e práticas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Educação das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas*. Brasília: MEC/SECADI, 2018.

